

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**ALINE MENDES BRASIL**

**CRIANÇAS VENEZUELANAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA: UM  
ESTUDO EXPLORATÓRIO SOB ALENTE DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA**

**MANAUS**

**2025**

**ALINE MENDES BRASIL**

**CRIANÇAS VENEZUELANAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA: UM  
ESTUDO EXPLORATÓRIO SOB A LENTE DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade  
Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para  
obtenção do título de Pedagogo.

Orientador: Prof(a). Dr(a). Darianny Araújo dos Reis

**MANAUS**

**2025**


**ALINE MENDES BRASIL**

**CRIANÇAS VENEZUELANAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOB A LENTE DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para obtenção do título de Pedagogo.


Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 19/12/2025.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **DARIANNY ARAUJO DOS REIS**  
Data: 30/12/2025 10:32:36-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Darianny Araújo dos Reis - UFAM**  
Orientadora

Documento assinado digitalmente  
 **DANIELLE ROSE SOUZA CRUZ MELO MARCOLIN**  
Data: 30/12/2025 10:43:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Danielle Rose Souza Cruz Melo Marcolino - UFAM**  
Avaliador

Documento assinado digitalmente  
 **LORENA CHRYS TINNE BORGES DE SOUZA**  
Data: 30/12/2025 10:57:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Lorena Chrystinne Borges de Souza - UFAM**  
Avaliador

# **CRIANÇAS VENEZUELANAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOB A LENTE DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA**

Aline Mendes Brasil<sup>1</sup>  
Darianny Araújo dos Reis<sup>2</sup>

## **RESUMO**

Este estudo aborda a inserção das crianças venezuelanas na Educação Infantil brasileira, considerando os desafios decorrentes da migração, da adaptação escolar e da integração social. O problema de pesquisa se concentra na compreensão das experiências dessas crianças em contextos educacionais distintos, enfrentando barreiras linguísticas, culturais e sociais que podem comprometer seu desenvolvimento integral. A relevância da pesquisa está relacionada à necessidade de visibilizar uma população infantil em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o aprimoramento de políticas públicas, práticas pedagógicas inclusivas e para a promoção de ambientes educativos acolhedores e culturalmente sensíveis. O estudo se fundamenta na Sociologia da Infância, que compreende a infância como uma construção social e reconhece as crianças como sujeitos ativos, com agência, direitos e capacidade de interagir com os contextos sociais, culturais e educativos. Como caminho metodológico, realiza-se uma revisão sistemática de literatura de caráter qualitativo. Os resultados evidenciam que, apesar do acesso formal à Educação Infantil estar garantido pela legislação brasileira, as crianças venezuelanas enfrentam desafios significativos relacionados à adaptação escolar, barreiras linguísticas, diversidade cultural e acolhimento. A análise da literatura especializada aponta que práticas pedagógicas inclusivas, formação docente adequada e políticas públicas estruturadas são fundamentais para assegurar a participação, o protagonismo e o desenvolvimento integral dessas crianças. Nessa perspectiva, compreender a infância migrante sob a perspectiva da Sociologia da Infância permite enxergar as crianças como atores sociais ativos, capazes de construir significados, interagir com diferentes contextos e exercer direitos.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Sociologia da Infância. Crianças Venezuelanas.

---

<sup>1</sup> Aline Mendes Brasil é estudante finalista do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas.

<sup>2</sup> Darianny Araújo dos Reis é Doutora em Ciências da Educação. Professora da Faculdade de Educação, vinculada ao Departamento de Métodos e Técnicas/Universidade Federal do Amazonas. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação/UFAM.

## INTRODUÇÃO

A mobilidade humana e os fluxos migratórios contemporâneos têm colocado novos desafios para a garantia dos direitos das crianças, especialmente no contexto da Educação Infantil. A migração venezuelana para o Brasil, intensificada nos últimos anos devido à crise social, política e econômica na Venezuela, evidencia a necessidade de compreender como crianças em situação de refúgio e migração vivenciam o acesso à educação e a integração social.

A Sociologia da Infância oferece um olhar crítico e inovador ao tratar a infância como construção social e reconhecer as crianças como sujeitos ativos, dotados de agência e participação em suas próprias experiências e na sociedade (James e Prout, 1997). No Brasil, a Educação Infantil evoluiu historicamente de um modelo assistencialista para um paradigma baseado na humanização e nos direitos das crianças, reconhecendo a importância de experiências educativas significativas para o desenvolvimento integral da criança (Pereira e Leite, 2024).

O presente estudo tem como objetivo analisar a inserção das crianças venezuelanas na Educação Infantil brasileira a partir da perspectiva da Sociologia da Infância (Corsaro, 2009; Sarmiento, 2003), identificando desafios, potencialidades e implicações pedagógicas e sociais desse fenômeno. Assim, busca-se compreender como a infância migrante se constrói nos contextos escolares e comunitários, considerando aspectos culturais, linguísticos, afetivos e sociais.

A relevância desta pesquisa se dá pela necessidade de visibilizar uma população infantil frequentemente marginalizada e pouco estudada, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas e das práticas pedagógicas inclusivas. Compreender a infância migrante permite não apenas garantir o acesso formal à educação, mas também promover ambientes acolhedores, culturalmente sensíveis e capazes de fortalecer o protagonismo das crianças, reconhecendo sua pluralidade e suas experiências como parte integrante da construção social da infância. Dessa forma, o estudo apresenta contribuições significativas para educadores, gestores públicos e pesquisadores interessados na interseção entre migração, infância e educação.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa configura-se como uma revisão sistemática de literatura, realizada a partir da consulta às bases de dados Google Acadêmico e SciELO, tomando como referência produções científicas de autores como Ghiggi e Coutinho (2022), Tonetto et al. (2025), Grajzer et al. (2024), Santos e Freitas (2023), Franzon e Deniz (2023), Santos et al. (2023), Voltarelli e Nascimento (2019), Melo (2023) e Nascimento e

Morais (2021). Foram utilizados como descritores os termos “crianças venezuelanas”, “educação infantil” e “sociologia da infância”. Os critérios de inclusão contemplaram artigos científicos publicados entre 2019 e 2025, em revistas nacionais da área da educação com estrato Qualis, que abordassem diretamente a temática da infância migrante e sua inserção na Educação Infantil. Os critérios de exclusão envolveram produções fora do recorte temporal definido, textos não científicos e estudos que não apresentassem relação direta com o objeto de investigação, sendo o detalhamento desses procedimentos apresentado em capítulo específico.

## **1 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1.1 A infância e a Educação Infantil no contexto brasileiro**

Pereira e Leite (2024) destacam que a Educação Infantil, conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996), constitui “a primeira etapa da Educação Básica”, sendo um espaço de formação integral que contempla os aspectos físicos, psicológicos, cognitivos, afetivos e sociais da criança. Essa visão humanizadora fundamenta-se na ideia de que “a criança é a própria significação de criar, combinar e recombinar essas possibilidades de humanização” (Pereira e Leite, 2024, p. 338).

Historicamente, antes da Constituição Federal de 1988, a Educação Infantil no Brasil tinha caráter predominantemente assistencialista, associada à assistência social e voltada ao cuidado dos filhos de trabalhadoras pobres. As creches surgiram como “um mal necessário”, fruto de uma lógica que associava infância, trabalho e maternidade, como indicam os estudos de Kuhlmann (1990, 1998, 2010). Essa visão começou a se transformar com a promulgação da Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a LDBEN (1996), que institucionalizaram a criança como sujeito de direitos e a Educação Infantil como um campo pedagógico próprio, rompendo com a tradição assistencial.

A trajetória da Educação Infantil brasileira é marcada por influências pedagógicas estrangeiras, como as ideias de Friedrich Froebel, criador do “Jardim de Infância”, e Maria Montessori, que concebia a criança como protagonista de sua aprendizagem. Essas referências, ao serem incorporadas no Brasil, contribuíram para a passagem de um modelo filantrópico e higienista para uma educação pautada na valorização da autonomia e da criatividade infantil.

Pereira e Leite (2024) destacam que o processo de consolidação da Educação Infantil está intimamente ligado à luta social e política por reconhecimento da infância. O movimento de mulheres e mães trabalhadoras, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, foi essencial

para a incorporação das creches e pré-escolas ao sistema educacional público. Com a Constituição de 1988, a educação de zero a seis anos passou a ser reconhecida como direito público subjetivo, e com a Emenda Constitucional nº 59/2009, tornou-se obrigatória para crianças de quatro a cinco anos.

As autoras enfatizam a necessidade de uma educação humanizadora e emancipatória, capaz de formar sujeitos críticos e conscientes de seu papel social. “Educar para a emancipação é produzir um currículo que tenha o objetivo de promover a emancipação plena de todas as crianças” (Pereira e Leite, 2024, p. 358). Essa perspectiva resgata a ideia freireana de educação como prática de liberdade, orientando a formação para a cidadania e a convivência democrática.

A Educação Infantil deve ser entendida como tempo da criança, o tempo de brincar, de imaginar e de viver experiências significativas que contribuem para sua humanização. Consoante as autoras, “as novas infâncias exigem novas docências e novas escolas” (Pereira e Leite, 2024, p. 357), o que implica repensar práticas pedagógicas e currículos de modo a respeitar a singularidade e a cultura das crianças.

Assim, é importante destacar que a Educação Infantil brasileira evoluiu de um modelo excludente e assistencial para um paradigma de direitos e humanização, fruto de um processo histórico permeado por lutas sociais, transformações legais e mudanças epistemológicas. Essa trajetória demonstra que reconhecer a criança como sujeito histórico e social é essencial para a construção de uma educação verdadeiramente democrática, inclusiva e emancipatória.

## 1.2 A situação da criança venezuelana no Brasil

A emergência do campo da Sociologia da Infância abre espaço para que a criança seja compreendida não como mero objeto de estudo ou adendo à sociologia da família ou da educação, mas como sujeito social ativo, dotado de agência, cultura própria e inserida em dinâmicas sociais complexas. Brostolin (2020) argumenta que a Sociologia da Infância compreende a criança como sujeito de direitos, ator social em seus modos de vida e a infância como uma categoria geracional sócio-historicamente construída. Nesse sentido, a criança migrante constitui um importante objeto de estudo para esse campo, por oferecer uma interlocução entre infância, mobilidade, transnacionalismo e direitos.

Ao adotar o olhar da Sociologia da Infância, torna-se possível problematizar a condição da infância migrante sob a ótica da construção social da infância, ou seja, entender a infância não como um estágio universal e homogêneo, mas como uma realidade plural,

culturalmente situada e historicamente condicionada. Conforme Valença (2011), ao tratar da infância transnacional, observa-se que a mobilidade, a comunicação em redes e novos arranjos sociais desafiam a visão tradicional de socialização. Nessa direção, crianças migrantes não vivem apenas uma mudança de local, mas entram em arranjos de socialização, língua, cultura, identidade e pertencimento que requerem uma abordagem sociológica específica.

Assim, a Sociologia da Infância contribui para compreender que uma criança migrante se insere em processos de (re)configuração identitária, numa intersecção entre espaços de origem, trânsito e destino. Nesse sentido, Amato e Lima (2022) discutem a escolarização de crianças migrantes em contexto de fronteira como um *locus* privilegiado para entender essas dinâmicas: a barreira linguística é o principal desafio enfrentado pelas crianças migrantes, mas também se destaca a importância de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo para a adaptação dessas crianças.

Outro aporte relevante da Sociologia da Infância é o reconhecimento de que as crianças migrantes possuem direitos específicos, inclusive ao protagonismo e à participação nas decisões que as afetam. Silva e Carvalho (2024) discutem as interfaces entre crianças, suas culturas e direitos, destacando que as crianças devem ter voz ativa. Por serem consideradas sujeitos de direitos, é preciso ter um olhar mais atento às suas necessidades e desejos. Aplicado à criança migrante, esse entendimento implica que as políticas de migração, educação, acolhimento e inclusão devem considerá-las não apenas como dependentes, mas como cidadãos em processo, com agência e direito à inclusão sociocultural.

Além disso, a Sociologia da Infância chama atenção para a importância da pluralidade de infâncias, ou seja, a ideia de que existem “infâncias” no plural, que variam conforme os contextos e os marcadores sociais de gênero, classe, etnia, cultura e mobilidade. Magalhães e Carvalho (2024) apontam que o campo analisa as múltiplas infâncias e a prática docente no AEE (Atendimento Educacional Especializado), observando como fatores sociais diferentes moldam experiências infantis distintas. No contexto da migração, esse enfoque permite visualizar como a história, a nacionalidade, o percurso migratório, o contexto escolar e comunitário constroem diferentes infâncias migrantes, onde nem todas as experiências são iguais, nem homogêneas.

Dessa maneira, a Sociologia da Infância se mostra um referencial teórico-metodológico potente para compreender as complexas dimensões da infância migrante, ajudando a interpretar a mobilidade infantil como elemento de construção da infância, a pensar a criança migrante não como “problema” mas como ator, a afirmar seus direitos e a evidenciar a pluralidade das infâncias em contextos migratórios.

O fenômeno da migração venezuelana e a sua interface com a Educação Infantil brasileira levantam diversos desafios teóricos, práticos e institucionais. As crianças venezuelanas em contexto migratório para o Brasil não apenas ingressam em um sistema escolar distinto em língua, cultura e organização, mas também chegam muitas vezes com trajetórias de vulnerabilidade, interrupção de estudos e necessidade de acolhimento.

Em primeiro lugar, é importante situar o marco jurídico e de políticas públicas que garantem o acesso à educação para todas as crianças, independentemente de nacionalidade ou condição migratória. Conforme postulam Drozdek e Bueno (2022), a legislação brasileira estabelece o ânimo de recebimento de migrantes, por razões constitucionais e por normas de direito internacional, há, porém, a necessária implantação de políticas migratórias mais efetivas que visem garantir a proteção do direito à educação das crianças refugiadas. Dessa forma, o direito existe formalmente, mas a operacionalização ainda encontra lacunas, sobretudo quando se trata de crianças pequenas em fase de educação infantil, etapa menos visibilizada nas pesquisas que a educação fundamental, mas de igual relevância.

A prática migratória de crianças migrantes ou refugiadas no Brasil evidencia que o acesso à educação, especialmente à educação infantil, enfrenta obstáculos significativos. Segundo Santos e Mota (2023), em âmbito nacional, 18% das crianças venezuelanas residentes no Brasil não estavam matriculadas na escola em 2022. Esse percentual é mais elevado nos estados que concentram maior fluxo migratório, como Roraima e Amazonas, onde o índice chega a 27%. A situação torna-se ainda mais crítica no contexto dos abrigos temporários, nos quais 63% das crianças venezuelanas permaneciam fora da escola. Esses dados evidenciam a magnitude do desafio, indicando que, para que a educação infantil cumpra seu papel no desenvolvimento integral das crianças, nos aspectos cognitivo, social e emocional, o acesso à educação deve ser não apenas garantido, mas efetivo.

Na dimensão pedagógica e sociocultural, o contexto de crianças venezuelanas no Brasil exige adequações que vão além da matrícula: diz respeito ao acolhimento, à linguagem, à culturalidade e às formas de pertencimento. Magalhães *et al.* (2024) destacam a escuta das próprias crianças migrantes e a necessidade de romper com o viés adultocêntrico, pois segundo os autores, o lugar da criança é na cultura e no mundo como um todo, função social que implica produzir necessários deslocamentos teóricos, discursivos e subjetivos, buscando romper com o viés adultocentrado que permeia os espaços institucionais. Essa ideia reflete na educação infantil, destacando que a criança é protagonista e necessita de ambientes de aprendizagem que reconheçam suas vozes, seus modos de expressão e suas trajetórias migratórias.

Outro aspecto importante refere-se aos contextos de fronteira e bilíngues, que têm particular relevância para crianças venezuelanas, muitas das quais chegam com domínio do espanhol ou em contexto plurilíngue. Zambrano (2019) analisa uma escola de educação infantil na fronteira com a Venezuela e mostra como ocorre alternância de língua, mudanças de códigos e empréstimos linguísticos nas turmas do primeiro nível de educação infantil. Esse cenário exige que as equipes pedagógicas na educação infantil estejam preparadas para lidar com diversidade linguística e culturais, o que muitas vezes não é o caso na prática regular.

No âmbito das políticas e da prática institucional, algumas implicações emergem para a educação infantil brasileira que recebe crianças venezuelanas. A necessidade de formação continuada de docentes para atuar com crianças migrantes, considerando a interculturalidade e a diversidade linguística; a adequação da infraestrutura (com materiais, suportes de linguagem, tradução ou bilinguismo); a articulação entre escola, família e comunidade migrante para fortalecer vínculos; políticas de acolhimento que ultrapassem o simples ato de matrícula; e a monitorização do acompanhamento dessas crianças, de modo a prevenir evasão ou abandono precoce.

### 1.3 Contribuições da Sociologia da Infância para compreender a criança migrante

Voltarelli (2017) destaca que a partir do novo paradigma da infância, formulado por James e Prout (1997), a sociologia da infância passou a compreender a infância como construção social e as crianças como atores sociais ativos na produção de suas próprias experiências e na sociedade em que vivem. Essa mudança paradigmática desloca a visão da criança como “objeto de estudo” para reconhecê-la como sujeito de direitos e participante na vida social. Assim, a sociologia da infância se consolida como um campo interdisciplinar que dialoga com a antropologia, a psicologia, o serviço social e a educação, integrando diferentes perspectivas teóricas e metodológicas.

Vasconcellos e Sarmiento (2007) enfatizam que compreender a infância latino-americana exige reconhecer que grande parte das crianças vive em contextos de invisibilidade social, marcada por pobreza, desigualdades estruturais e processos de deslegitimação de suas experiências. Para os autores, a “infância invisível” revela como muitas crianças permanecem ausentes das políticas públicas, dos espaços de participação e até das pesquisas acadêmicas, o que evidencia a urgência de estudos que produzam visibilidade e legitimidade às suas vozes.

Moruzzi (2011) argumenta que a emergência da sociologia da infância como campo autônomo se dá quando se reconhece que as crianças não são meramente “futuros adultos”, mas sujeitos sociais no presente, com experiências, culturas e formas próprias de sociabilidade. Segundo a autora, essa sociologia esboça um mapa que compreende, entre seus eixos centrais, o protagonismo infantil, a socialização infantil, as culturas de infância e a construção de metodologias que respeitem a singularidade das crianças como atores sociais.

O fenômeno migratório e de refúgio assume hoje uma centralidade nas discussões sobre direitos humanos, soberania estatal e cidadania. Conforme Ramos, Medeiros e Vale (2025, p. 66) “as migrações têm colocado novos desafios às legislações domésticas e internacionais em busca de garantir os direitos inalienáveis dos seres humanos”. Nesse contexto, torna-se necessário reexaminar conceitos tradicionais de Estado, nacionalidade e cidadania, frente ao que se denomina a cidadania pós-nacional: isto é, a noção de que direitos humanos devem transcender o vínculo estrito com a nacionalidade ou território estatal.

Para Brzosowski (2012) o fenômeno migratório intensificou-se nos séculos XX e XXI, tornando mais frequente e disseminado o fluxo dos refugiados. A lógica de deslocamentos por perseguições políticas, religiosas ou étnicas, catástrofes naturais, crises econômicas ou guerras, se mantém, mas ganha novos contornos de globalização, vulnerabilidade transnacional e estrutura de direitos humanos.

Nesse cenário, o refúgio, entendido como movimento forçado para garantir a própria sobrevivência ou liberdade básica, se instala como categoria chave na migração contemporânea. A revisão normativa apresentada no artigo indica que a legislação brasileira, ao substituir o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980) pela Lei da Migração (Lei 13.445/2017), sinaliza uma viragem no tratamento jurídico da migração, mais vinculada aos direitos humanos e menos exclusivamente à lógica da soberania estatal.

Assim, o refúgio se conecta não apenas à condição de migrante (voluntário ou forçado), mas à noção de vulnerabilidade humanitária que exige proteção jurídica específica, seja internacional (como convenções de refugiados) ou doméstica. A nova legislação brasileira aparece, segundo os autores, como expressão de um “direito internacional dos direitos humanos” que ganha preeminência frente à lógica de controle migratório estatal.

É imprescindível destacar os desafios atuais no campo da migração e refúgio, como: a xenofobia e as políticas anti-imigração em ascensão global, a insegurança jurídica dos migrantes, a integração laboral e social, e a necessidade de políticas públicas que acompanhem o novo marco legislativo. No plano específico do refúgio, há que se considerar a interface com os regimes internacionais de proteção (como a Alto Comissariado das Nações Unidas para os

Refugiados - ACNUR), bem como os desafios de acolhimento, acesso ao trabalho, moradia, educação e saúde, em um contexto em que a soberania estatal permanece enquanto fundamento normativo e o migrante ou refugiado permanece frequentemente em condição de vulnerabilidade (Ramos, Medeiros e Vale, 2025).

A análise das experiências de crianças brasileiras e venezuelanas, especialmente em contextos de migração, pobreza e exclusão social, pode ser aprofundada a partir da perspectiva das Infâncias do Sul Global. Essa abordagem parte do pressuposto de que as infâncias vividas em países do Sul Global compartilham condições históricas e estruturais marcadas por desigualdades socioeconômicas, colonialidade, precarização de direitos e acesso desigual às políticas públicas, o que produz experiências infantis que não podem ser compreendidas a partir de modelos universalizantes oriundos do Norte Global.

A perspectiva das Infâncias do Sul Global, conforme proposta por Lúcia Rabello de Castro (2021), oferece um referencial teórico significativo para compreender as experiências de crianças brasileiras e venezuelanas em contextos de desigualdade e exclusão social, criticando concepções universais de infância originadas no Norte Global, e destacando que infâncias em contextos periféricos, marcadas por desigualdades estruturais de classe, raça e território, não podem ser compreendidas sem situar historicamente as condições sociais que as constituem. Castro (2021) argumenta que os modos hegemônicos de representar e estudar a infância tendem a homogeneizar experiências diversas, invisibilizando processos específicos vividos por crianças em sociedades latino-americanas e sul-globalizadas, como Brasil e Venezuela, que compartilham desigualdades socioeconômicas profundas e histórias de exclusão institucional.

No artigo “A infância e os processos de reprodução social no capitalismo global: em defesa do recreio escolar” (2025), Castro estende essa análise ao colocar a infância como uma categoria estruturalmente situada nas dinâmicas de reprodução social do capitalismo global, em que as injustiças se manifestam de forma velada tanto em contextos brasileiros quanto em outros países periféricos. Ao discutir, por exemplo, a precarização de fatores cotidianos como o recreio escolar em escolas públicas, a autora ilustra como políticas educacionais e práticas institucionais podem reproduzir desigualdades e limitar o campo de experiência de crianças pobres, negras e periféricas, produzindo formas sutis de despolitização de suas subjetividades e capacidades de ação.

A partir desse arcabouço teórico, é possível estabelecer similitudes entre as experiências de crianças brasileiras e venezuelanas que enfrentam desafios em relação ao acesso e qualidade da educação, condições de vida e reconhecimento institucional. Tanto as

crianças em áreas de vulnerabilidade no Brasil quanto as crianças venezuelanas em situação de migração experienciam formas de exclusão comunicadas por barreiras socioeconômicas e educacionais que prejudicam a efetivação de seus direitos. A ênfase na colonialidade do conhecimento de infância, proposta por Castro (2021), permite compreender que essas experiências não ocorrem isoladamente, mas estão imbricadas em lógicas de poder que reforçam hierarquias de saberes e práticas de exclusão social, aprofundando as desigualdades nas trajetórias escolares e sociais de crianças em contextos marginalizados.

Assim, ao fundamentar-se na perspectiva das Infâncias do Sul Global, evidencia-se que as crianças brasileiras e venezuelanas compartilham não apenas obstáculos tangíveis ao acesso à educação e aos direitos sociais, mas também uma posição epistêmica marginalizada nas representações e políticas sobre infância. Essa articulação reforça a necessidade de políticas e práticas educativas que considerem as especificidades socioculturais e econômicas desses contextos, reconhecendo as crianças como sujeitos ativos de seus mundos sociais, e não apenas como receptores passivos de intervenções institucionais.

## **2 METODOLOGIA**

O objetivo da revisão sistemática de literatura realizada neste estudo foi identificar, reunir e analisar produções acadêmicas que discutem a presença, as experiências e os desafios enfrentados por crianças venezuelanas na Educação Infantil no Brasil, observando especialmente como essas pesquisas dialogam com os princípios da Sociologia da Infância. A intenção foi mapear o estado atual do conhecimento, localizar lacunas teóricas e compreender de que maneira os estudos recentes têm abordado a participação, a agência e os modos de ser criança no contexto migratório.

A metodologia adotada neste estudo consistiu em uma revisão sistemática de literatura de caráter qualitativo, visando compreender a temática das crianças venezuelanas na educação infantil, tendo a Sociologia da Infância como lente teórica nesta análise. Segundo Okoli (2015), a revisão sistemática é um procedimento rigoroso, estruturado em etapas que envolvem planejamento, busca abrangente, seleção criteriosa, análise e síntese das evidências disponíveis, com o objetivo de garantir transparência, confiabilidade e reprodutibilidade ao processo investigativo. A abordagem qualitativa permite explorar e interpretar fenômenos complexos relacionados à experiência humana, proporcionando uma compreensão aprofundada dos contextos e significados envolvidos (Gil, 2008).

Para a seleção dos materiais, foram utilizadas as bases de dados Google Acadêmico e SciELO, considerando artigos científicos que abordassem diretamente os temas de interesse. Os critérios de inclusão definidos foram: artigos do tipo científico, publicados entre 2019 e 2025 em revistas nacionais de educação com estrato Qualis, com os descritores: “crianças venezuelanas”, “educação infantil” e “sociologia da infância”. Inicialmente, a busca sem aplicação dos filtros retornou 5.680 estudos. Após a aplicação dos filtros de data e tipo de estudo, foram identificados 22 artigos de revisão pertinentes ao tema.

A etapa seguinte consistiu na análise detalhada dos artigos selecionados mediante leitura dos resumos e das introduções, permitindo verificar a relevância e a adequação de cada estudo aos objetivos do estudo. Com base nesse procedimento, 9 artigos foram escolhidos para compor efetivamente a base da pesquisa, conforme apresentado no Quadro 1. Estes estudos serviram de fundamento para a construção dos resultados e da discussão, subsidiando a análise crítica acerca da inserção das crianças venezuelanas na educação infantil brasileira e das contribuições da Sociologia da Infância para a compreensão deste fenômeno.

**Quadro 1.** Levantamento dos artigos da revisão de literatura.

Autor e Ano	Região/Revista	Título	Objetivo	Resultados
GHIGGI, Gioconda e COUTINHO, Ângela, 2022.	Região Sul/Revista Zero-a-seis.	Revisão de Literatura: crianças migrantes e refugiadas nas pesquisas em Educação Infantil (1988-2021).	Mapear e analisar estudos publicados entre 1988 e 2021 sobre crianças migrantes e refugiadas no contexto da Educação Infantil, destacando tendências, lacunas e contribuições da pesquisa acadêmica.	Há um crescente interesse pelo tema nas últimas décadas, mas ainda existe pouca produção focada em políticas de inclusão, formação docente e experiências das crianças migrantes.
TONETTO, Maria Luiza Posser; SANTIAGO, Flávio; SALVA, Sueli, 2025	Região Sudeste/Revista Unicamp.	“Ele é o único que fala da nossa travessia”: a experiência de crianças venezuelanas no Brasil.	Compreender a experiência de crianças venezuelanas no Brasil, focando nas narrativas sobre deslocamento, adaptação escolar	As crianças expressam sentimentos de deslocamento, perda e adaptação. O estudo mostra que a escola pode ser espaço de acolhimento, mas

			e integração social.	também de desafios linguísticos e culturais.
GRAJZER, Deborah et al., 2024.	Região Sudeste/Revista Cadernos de Educação.	Crianças refugiadas e migrantes na fronteira norte do Brasil: a educação como espaço de proteção.	Investigar o papel da educação como espaço de proteção e inclusão para crianças refugiadas e migrantes na fronteira norte do Brasil.	A educação infantil é identificada como fator central de proteção e socialização, porém enfrenta limitações estruturais e necessidade de formação docente específica.
SANTOS, Andressa e FREITAS, Werner, 2023.	Revista da Universidade de Santiago de Compostela Espanha.	A docência com crianças em situação de imigrantes: potências e desafios na interlocução entre Brasil e Venezuela.	Analisar a prática docente em contextos com crianças imigrantes, enfocando potenciais e desafios na relação pedagógica.	Identifica-se que os professores reconhecem a importância da diversidade cultural, mas enfrentam dificuldades em lidar com traumas e barreiras linguísticas.
SANTOS, Mariana et al., 2023.	Região Sudeste/Revista Brasileira de Estudos de População (REBEP).	Desafios e necessidades de crianças e adolescentes refugiados e migrantes no Brasil: garantindo proteção, acesso à educação e integração social.	Avaliar os desafios e necessidades de crianças e adolescentes refugiados e migrantes, com foco em proteção, educação e integração social.	O estudo destaca lacunas na implementação de políticas públicas, dificuldades de acesso à educação formal e a importância de programas integrados para promover inclusão social e proteção de direitos.
FRANZON, Giovanna e DENIZ, Camila, 2023.	Região Nordeste/Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, Essa revista é da UNEB (universidade do Estado da Bahia).	Crianças imigrantes nas escolas de educação infantil: seus aspectos culturais com enfoque no processo linguístico.	Investigar a presença e participação de crianças imigrantes na educação infantil, com foco em aspectos culturais e linguísticos.	Constatou-se que a diversidade cultural enriquece o ambiente escolar, mas a falta de estratégias pedagógicas adequadas pode dificultar a integração linguística.

VOLTARELLI e NASCIMENTO, 2019.	Abrange três países: Argentina, Brasil e Chile/Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales.	A infância na América Latina: aportes do campo dos Estudos da Infância em Argentina, Brasil e Chile	Mapear as contribuições do campo dos Estudos da Infância na América Latina, destacando pesquisa em Argentina, Brasil e Chile.	O estudo aponta que pesquisas sobre infância têm avançado na região, mas ainda enfrentam lacunas em termos de políticas públicas e visibilidade social das crianças migrantes.
MELO, Janaina, 2023.	Região Centro-Sul/Revista da Universidade de Brasília.	Infâncias refugiadas: memória, esquecimento e identidade migratória no patrimônio cultural (Venezuela-Brasil, 2015-2020)	Investigar como infâncias refugiadas constroem identidade migratória e lidam com memória e esquecimento em contextos culturais específicos.	As crianças refugiadas utilizam elementos culturais e memória familiar para se adaptarem e afirmarem identidade em território brasileiro.
NASCIMENTO, Maria e MORAIS, Carolina, 2021.	Região Sudeste/Revista da UFRJ, Rio de Janeiro.	Sobre migração internacional, crianças pequenas e educação infantil: algumas questões.	Refletir sobre as questões da migração internacional de crianças pequenas e os impactos na Educação Infantil.	Aponta desafios pedagógicos e sociais no acolhimento de crianças migrantes, como barreiras linguísticas, diversidade cultural e adaptação escolar.

**Fonte:** Elaboração própria da autora (2025).

A partir do levantamento apresentado, observa-se que os estudos selecionados constituem um panorama abrangente sobre a presença, as experiências e os desafios vividos por crianças migrantes e refugiadas na Educação Infantil em diferentes regiões do Brasil e da América Latina, embora as publicações concentrem-se em revistas localizadas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Em comum, os trabalhos evidenciam a centralidade da escola como espaço de proteção, socialização e construção de identidades, ao mesmo tempo em que apontam lacunas persistentes relacionadas à formação docente, às políticas públicas e às

práticas de acolhimento intercultural. Além disso, destacam a agência das crianças, suas narrativas, estratégias de adaptação e produção de sentidos, reforçando a relevância da Sociologia da Infância como lente para compreender esses fenômenos. Assim, o conjunto dos estudos analisados sustenta a pertinência da presente revisão de literatura e fundamenta a discussão que será desenvolvida na seção seguinte.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Segundo Marta Regina Brostolin (2020), a tarefa da sociologia contemporânea da infância não pode se limitar a institucionalizar a “infância” como objeto de estudo, mas deve também confrontar a “complexidade e ambiguidade da infância como fenômeno contemporâneo e instável”, isto é, assegurar que o discurso sociológico alcance aquelas crianças que vivem em contextos de pobreza, exclusão urbana, migração, discriminação ou risco social, grupos que historicamente têm suas vozes silenciadas ou invisibilizadas.

Ghiggi e Coutinho (2022) evidenciam como a pesquisa sobre crianças migrantes e refugiadas na Educação Infantil tem crescido nas últimas décadas, embora ainda existam lacunas significativas em termos de práticas pedagógicas e políticas de acolhimento. As autoras destacam que a abordagem pedagógica deve considerar a diversidade cultural e a singularidade das experiências das crianças, um ponto que se alinha à perspectiva da Sociologia da Infância, a qual entende a criança como sujeito ativo e participante na construção de seu próprio mundo social.

Tonetto, Santiago e Salva (2025), ao analisarem a experiência de crianças venezuelanas no Brasil, reforçam essa visão, mostrando que as crianças não são meros receptores passivos de experiências, mas construtoras de significados a partir de sua vivência migratória. As narrativas infantis destacam desafios de adaptação escolar, dificuldades linguísticas e, simultaneamente, o potencial de resiliência e criatividade na construção de laços sociais. Este ponto dialoga diretamente com os estudos de Voltarelli e Nascimento (2019), que enfatizam que a infância deve ser compreendida considerando os contextos socioculturais e as desigualdades presentes nas sociedades latino-americanas.

Melo (2023) complementa essa perspectiva ao discutir a memória, o esquecimento e a identidade migratória das crianças refugiadas, ressaltando como elementos culturais e afetivos são mobilizados na adaptação e construção de identidade. Tal discussão reforça a centralidade

do olhar da Sociologia da Infância, que privilegia a experiência vivida e a agência das crianças, apontando para a importância de reconhecer suas vozes nos processos educativos e sociais.

Os estudos de Nascimento e Moraes (2021) e Grajzer et al. (2024) ampliam a análise para o âmbito das políticas públicas e das práticas educativas, mostrando que, embora a escola seja um espaço potencial de proteção e socialização, a efetividade dessa proteção depende de formação docente adequada, recursos pedagógicos e políticas de acolhimento estruturadas. Em consonância, Santos e Freitas (2023) destacam que a docência enfrenta desafios na interlocução cultural e linguística, mas também oferece oportunidades para promover inclusão e respeito à diversidade, demonstrando que a interação pedagógica pode ser um espaço de construção de cidadania e de reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos.

Mariana Cardoso dos Santos et al. (2023) e Franzon e Deniz (2023) ampliam o debate para a integração social e linguística, enfatizando a necessidade de práticas educativas que valorizem a cultura das crianças migrantes e que promovam o acesso equitativo à educação. A inclusão social das crianças imigrantes nas escolas exige considerar suas especificidades culturais, linguísticas e psicossociais” (Franzon e Deniz, 2023, p. 132). Além disso, o acesso à educação formal, direito fundamental, não está sendo atendido para muitas crianças migrantes e refugiadas no Brasil” (Santos e Mota, 2023, p. 4).

Dessa forma, os autores concordam com a ideia de que a infância migrante não pode ser compreendida apenas sob uma ótica de vulnerabilidade ou proteção passiva. Pelo contrário, a Sociologia da Infância propõe reconhecer a criança como sujeito ativo, capaz de construir sentido e interagir com o contexto social, cultural e educativo. A convergência teórica evidencia que políticas públicas, práticas pedagógicas inclusivas e valorização da diversidade cultural são essenciais para garantir não apenas a educação formal, mas também a efetiva integração social e o respeito aos direitos das crianças migrantes e refugiadas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa alcançou seus objetivos ao explorar a inserção das crianças venezuelanas na educação infantil brasileira sob a perspectiva da Sociologia da Infância. A análise dos artigos selecionados evidenciou que a infância migrante deve ser compreendida como um fenômeno social complexo, no qual as crianças são sujeitos ativos, dotados de agência, cultura própria e capacidade de interagir com os contextos escolares, familiares e comunitários. O estudo reforça que a Educação Infantil, aliada a políticas de acolhimento e práticas pedagógicas

humanizadoras, desempenha um papel transformador na integração social, cultural e emocional das crianças venezuelanas, evidenciando a necessidade de reconhecer a pluralidade das infâncias e promover espaços educativos inclusivos e sensíveis à diversidade cultural.

Os resultados demonstraram que, apesar do acesso formal à educação infantil estar garantido pela legislação brasileira, existem desafios significativos relacionados à adaptação escolar, barreiras linguísticas, diversidade cultural e necessidade de acolhimento. A pesquisa também revelou que a formação docente, a estrutura pedagógica e as políticas públicas são fatores centrais para assegurar a inclusão, o protagonismo e o desenvolvimento integral dessas crianças.

Além disso, o estudo mostrou que reconhecer a pluralidade das infâncias e considerar as experiências migratórias como parte da construção da identidade das crianças é essencial para promover práticas educativas humanizadoras, inclusivas e sensíveis à diversidade cultural. Nesse sentido, a Sociologia da Infância oferece um referencial teórico consistente para compreender e intervir nas complexas dimensões da infância migrante, evidenciando a importância de políticas educativas e sociais que fortaleçam o direito à participação, ao pertencimento e à formação integral das crianças em contextos de mobilidade transnacional.

Em síntese, os estudos analisados evidenciam que a presença de crianças migrantes e refugiadas, especialmente venezuelanas, desafia a educação infantil a repensar suas práticas, políticas e concepções sobre a infância. As pesquisas de Ghiggi e Coutinho (2022), Santos e Freitas (2023), Franzon e Deniz (2023) e Santos et al. (2023) mostram que a migração produz novas demandas socioculturais e linguísticas, que exigem políticas educativas sensíveis às especificidades dessas infâncias e práticas pedagógicas que promovam acolhimento, escuta e participação.

Os achados reforçam que a criança deve ser reconhecida como sujeito de direitos, cujo acesso à educação infantil não pode ser condicionado às suas condições materiais, sociais ou migratórias, mas garantido como direito fundamental. Do mesmo modo, apontam a urgência de apoiar as instituições educativas com formação continuada, infraestrutura adequada e políticas intersetoriais que fortaleçam o trabalho docente, possibilitando uma atuação comprometida com a diversidade e com a construção de ambientes inclusivos. Assim, a educação infantil pode desempenhar um papel transformador, articulando proteção, integração e valorização das culturas infantis, reafirmando a infância como espaço de protagonismo e produção social.

É de suma importância salientar que há uma lacuna significativa na produção acadêmica sobre crianças migrantes e refugiadas na Educação Infantil na Região Norte, especialmente na cidade de Manaus, onde os fluxos migratórios provenientes da Venezuela têm

se intensificado nos últimos anos. Embora alguns estudos abordem a temática na fronteira norte, observa-se a ausência de pesquisas que analisem de forma aprofundada as experiências, condições de acolhimento e trajetórias escolares dessas crianças no contexto manauara.

Essa ausência limita a compreensão das dinâmicas locais e das respostas institucionais adotadas pela rede municipal de educação, dificultando a elaboração de políticas públicas e práticas pedagógicas adequadas às especificidades socioculturais e linguísticas que emergem nesse território. Estudos voltados para essa realidade são fundamentais para subsidiar ações efetivas de inclusão, garantir a proteção integral e assegurar que a educação infantil em Manaus cumpra seu papel como espaço de direitos, acolhimento e participação infantil, considerando as particularidades regionais que influenciam diretamente as vivências dessas crianças.

Além da identificação dessa lacuna regional, torna-se imprescindível enfatizar que é necessário que novos artigos sejam produzidos sobre a temática, especialmente por pesquisadores da própria Região Norte. A ausência de publicações locais não apenas limita a compreensão aprofundada das especificidades socioculturais manauaras, como também dificulta a elaboração de políticas públicas alinhadas à realidade vivenciada pelas instituições e pelas crianças migrantes. A produção científica regional, portanto, não é apenas desejável, mas urgente, pois fortalece a representatividade acadêmica da região, amplia o repertório teórico existente e contribui para a construção de respostas mais contextualizadas e eficazes para os desafios enfrentados no território amazônico.

## REFERÊNCIAS

AMATO, Laura Janaina Dias; LIMA, Barbara. Educação na Tríplice Fronteira: crianças falantes de espanhol nas escolas municipais de foz do iguaçu. **Revista Criar Educação**, V. 11. N. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/6411>. Acesso em: 15 de outubro de 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm). Acesso em: 17 de outubro de 2025.

BRASIL. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm). Acesso em: 17 de outubro de 2025.

BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1996.

BROSTOLIN, Marta Regina. A Sociologia da Infância na contemporaneidade. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 12, n. 23, p. 316-330, jul. 2020. DOI: 10.14295/rbhcs.v12i23.10833. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10833>. Acesso em: 15 de outubro de 2025.

BRZOZOWSKI, Jan. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 137–156, ago. 2012. Disponível em: <https://scite.ai/reports/migracao-internacional-e-desenvolvimento-economico-1Mw1xy>. Acesso em: 15 de outubro de 2025.

CASTRO, Lucia Rabello. de. (Org.). *Infâncias do Sul Global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2021.

CASTRO, Lucia Rabello. A infância e os processos de reprodução social no capitalismo global: Em defesa do recreio escolar. SciELO Preprints, 2025. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/11908>. Acesso em: 23 dez. 2025.

CORSARO, William A. Reprodução interpretativa e cultura de pares. In: MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida (org.). *Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 31-50.

DROZDEK, Jefferson José; BUENO, Mariza Schuster. Proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente ao acesso à educação das crianças venezuelanas refugiadas no Brasil. **Academia de Direito**, [S. l.], v. 4, p. 1209-1228, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/acaddir/article/view/3909>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

FRANZON, Giovanna Kazmierczak; DENIZ, Camila De Oliveira. Crianças imigrantes nas escolas de educação infantil: seus aspectos culturais com enfoque no processo linguístico. **Revista Cactácea–Educação**, Filosofia, v. 3, n. 09, 2023. Disponível em: <https://rgt.ifsp.edu.br/ojs/index.php/revistacactacea/article/view/95>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

GHIGGI, Gioconda; COUTINHO, Ângela. Revisão de Literatura: crianças migrantes e refugiadas nas pesquisas em Educação Infantil (1988-2021). **Revista Educação em Questão**, v. 60, n. 63, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufm.br/educacaoemquestao/article/view/28781>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAJZER, Deborah Esther et al. Crianças refugiadas e migrantes na fronteira norte do Brasil: a educação como espaço de proteção. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254370>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

KUHLMANN JR, Moysés. Educando a Infância Brasileira. In.: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). 500 anos de educação no Brasil. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

KUHLMANN JR., Moysés. Educação pré-escolar no Brasil (1899-1922): exposições e congressos patrocinando a “assistência científica”. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP, 1990.

KUHLMANN JR., Moysés. Infância e Educação infantil-uma abordagem histórica. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MAGALHÃES, Silvana; FERREIRA, Ananda da Luz; TOLEDO, Soraia Wanderos; SILVA, Anna Paula Oliveira da; VIEIRA, Elizete Lima. Nos “chamam de veneco”: vozes e identidades de crianças migrantes venezuelanas no Brasil. **Revista Educação e Infâncias**, [S.l.], v. 3, n. 4, p. e-36470, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoinfancia/article/view/36470>.

MAGALHÃES, Thuane Santos Valverde; CARVALHO, Janaina Nogueira Maia. Sociologia da infância e educação inclusiva: reflexões sobre as múltiplas infâncias e a prática docente no AEE. **Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP**, Aquidauana, v. 4, n. 16, 13 dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/22438>

MELO, Janaina Cardoso de. Infâncias refugiadas: memória, esquecimento e identidade migratória no patrimônio cultural (Venezuela–Brasil, 2015-2020). **Dia-Logos: Revista Discente da Pós-Graduação em História**, v. 16, n. 2, 2023

MORUZZI, A. B. A Sociologia da Infância: esboço de um mapa. *Educação: Teoria e Prática*, [S. l.], v. 21, n. 36, p. 125–137, 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/3675>.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso; MORAIS, Carolina Grandino Pereira de. Sobre migração internacional, crianças pequenas e educação infantil: algumas questões. **Zero-a-Seis**, v. 23, n. 43, p. 524-542, 2021.

OKOLI, Chitu. A guide to conducting a standalone systematic literature review. *Communications of the Association for Information Systems*, v. 37, n. 43, p. 879–910, 2015.

PEREIRA, Jaqueline Franco; LEITE, Sandra Fernandes. Breve histórico da Educação Infantil no Brasil: processos históricos e filosóficos para construir a Educação Humanizadora. *Filosofia e Educação*, Campinas, v. 16, n. 00, p. e0240015, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8677365>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

SANTOS, Andressa Guterres dos; FREITAS, Sheyla Werner. A docência com crianças em situação de imigrantes: potencias e desafios na interlocução entre Brasil e Venezuela. **Cadernos da aplicação**, v. 36, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/129709>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

SANTOS, Mariana Cardoso; MOTA, Angela Karinne Bezerra. Desafios e necessidades de crianças e adolescentes refugiados e migrantes no Brasil: garantindo proteção, acesso à educação e integração social. **SciELO Preprints**, 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6984>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

SANTOS, Mariana Cardoso; MOTA, Angela Karinne Bezerra. Desafios e necessidades de crianças e adolescentes refugiados e migrantes no Brasil: garantindo proteção, acesso à educação e integração social. 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6984>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Imaginário e culturas da infância*. 2003. Disponível em: <http://www.iec.minho.pt/cedic/textosdetrabalho>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

SILVA, Sara Regina Fernandes; CARVALHO, Janaina Nogueira Maia. A sociologia da infância e as interfaces das crianças: sua/s infância/s, culturas e direitos. **Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP**, Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024.

Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/22352>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

TONETTO, Maria Luiza Posser; SANTIAGO, Flávio; SALVA, Sueli. “Ele é o único que fala da nossa travessia”: a experiência de crianças venezuelanas no Brasil. **Humanidades e Inovação**, v. 12, n. 1, 2025. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/10512>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

VALE, Teresa Cristina de Souza Cardoso; RAMOS, Davidson Afonso de; MEDEIROS, Marcelo de Almeida. Migração, direitos humanos e cidadania pós-nacional no Brasil: o Estatuto do Estrangeiro versus a Lei da Migração. **Revista Pensamento e Sociedade**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 66-93, 2025. Disponível em: <https://revistas.ufvjm.edu.br/revista-pensamento-sociedade/article/view/454>.

VALENÇA, Vera Lúcia Chacon. A sociologia da infância e a educação das crianças. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 35, n. 1, p. 63-80, fev. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/13144>.

VASCONCELLOS, V. R.; SARMENTO, M. J. (Orgs.) **Infância (in)visível**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007.

VOLTARELLI, Monique Aparecida. James, A., Prout, A. (Eds.) (1997). "Construindo e Reconstruindo a Infância: Questões Contemporâneas no Estudo Sociológico da Infância". **Sociedade e Infâncias**, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/326875283\\_James\\_A\\_Prout\\_A\\_Eds\\_1997\\_Constru\\_ating\\_and\\_Reconstructing\\_Childhood\\_Contemporary\\_Issues\\_in\\_the\\_Sociological\\_Study\\_of\\_Childhood](https://www.researchgate.net/publication/326875283_James_A_Prout_A_Eds_1997_Constru_ating_and_Reconstructing_Childhood_Contemporary_Issues_in_the_Sociological_Study_of_Childhood).

VOLTARELLI, Monique Aparecida.; NASCIMENTO, Maria Letícia. A infância na América Latina: aportes do campo dos Estudos da Infância em Argentina, Brasil e Chile. **Sociedad e Infancias**, v. 3, p. 211-235, 2019. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/SOCI/article/view/63789/4564456551798>

ZAMBRANO, Cora Elena Gonzalo. Escolarização em contexto bilíngue na fronteira Brasil/Venezuela. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 21-30, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/1574>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.